

## LUTANDO COM “ORDEM E DISCIPLINA”: O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESPÍRITO SANTO (1934-1953) \*

*André Ricardo Valle Vasco Pereira \*\**

**Resumo:** Este artigo trata da primeira fase na história do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo. Aborda o período que vai de sua fundação, em 1934, até o ano de 1953, quando se deu o início de uma transição no comando político da entidade. Este momento foi caracterizado pela formação de um grupo hegemônico que esteve associado a uma leitura moderada do trabalhismo. A sua principal liderança se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e disputou eleições, chegando a ocupar o cargo de vereador na capital do estado. Mais do que a simples vinculação partidária, entretanto, o que interessa aqui é discutir as tensões e contradições reveladas nesta fase tendo em vista o que Ruy Braga (2012) chama de modo de regulação populista sob condições do pós-fordismo periférico, para o que o estudo de caso em tela serve como ilustração.

**Palavras-chave:** Sindicato dos Bancários do Espírito Santo; Trabalhismo; Reformismo.

110

**Abstract:** This article deals with the first phase in the history of the Espírito Santo Bank Workers Union. It covers the period from its founding, in 1934, until the year 1953, when began the transition in the political control of the entity. This moment was characterized by the formation of a hegemonic group that was associated with a moderate understanding of trabalhismo (labourism). Its main leadership joined the Brazilian Labor Party (PTB) and took part in elections, reaching the position of councilor in the state capital. More than just the partisan attachment, however, what matters here is to discuss the tensions and contradictions revealed at this stage in view of what Ruy Braga (2012) calls populist mode of regulation under conditions of peripheral post-Fordism, for what the case in study serves as an illustration.

**Keywords:** Espírito Santo Bank Workers Union; Labourism; Reformism.

---

\* Artigo submetido à avaliação em 19 de outubro de 2014 e aprovado para publicação em 26 de novembro de 2014.

\*\* Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (2004) e Professor Adjunto do Departamento de História da UFES. E-mail: [andre.r.pereira@ufes.br](mailto:andre.r.pereira@ufes.br).

## **Introdução**

**E**ste artigo trata da primeira fase na história do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo. Aborda o período que vai de sua fundação, em 1934, até o ano de 1953, quando se deu o início de uma transição no comando político da entidade. Este momento foi caracterizado pela formação de um grupo hegemônico que esteve associado a uma leitura moderada do trabalhismo. A sua principal liderança se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e disputou eleições, chegando a ocupar o cargo de vereador na capital do estado. Mais do que a simples vinculação partidária, entretanto, o que interessa aqui é discutir as tensões e contradições reveladas nesta fase tendo em vista o que Ruy Braga (2012) chama de modo de regulação populista sob condições do pós-fordismo periférico, para o que o estudo de caso em tela serve como ilustração.

O que se segue foi elaborado da seguinte forma: é feita uma crônica do surgimento do sindicato até 1953. A intenção é a de localizar os acontecimentos no tempo e no espaço, de forma a oferecer elementos empíricos para a análise. A seguir, é feita uma breve discussão envolvendo a literatura sobre o tema, concluindo com a opção teórica. Por fim, é oferecida uma conclusão.

111

## **Os anos 1930**

Até 1931, os sindicatos mais combativos no Brasil eram dirigidos por anarquistas ou comunistas, enquanto os moderados, reformistas, eram tidos como “amarelos” pelos seus críticos, ou seja, eram chamados de “covardes”. Angela de Castro Gomes (1988), porém, chama a atenção para o fato de que tal grupo defendia um projeto específico para os sindicatos e para sua inserção na Sociedade, elaborando uma noção de cidadania e de papel para as entidades. Deste ponto de vista, os trabalhadores deveriam ser reconhecidos para parte relevante do tecido social e suas agremiações deveriam, ao mesmo tempo, oferecer serviços aos seus filiados e, se necessário, enfrentar os patrões em greves para obter melhorias salariais e nas condições de trabalho. Não havia a proposta de rompimento com a ordem estabelecida, mas de sua transformação progressiva.

O Governo Provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Depois disso, começou a editar uma série de leis trabalhistas. Em 1931, o Decreto 19.770 transformou os sindicatos em entidades de direito público, que deveriam ser reconhecidas pelo MTIC e atuar em colaboração com o governo. Este enquadramento foi combatido em várias categorias, mas não na dos bancários (OLIVEIRA, 1990). Eles aproveitaram a nova lei para legalizar suas agremiações.

Em 1932, o Sindicato dos Bancários de Santos, dirigido por trotskistas, promoveu a primeira greve da categoria, por questões trabalhistas. Nesta época, iniciou-se a campanha pela jornada de 6 horas, que foi atendida pelo governo federal em 1933, após grande mobilização, sob comando das entidades de Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. A seguir, em 1934, houve a primeira greve nacional dos bancários, com a participação de oito sindicatos. Foram 3 dias de paralisação em julho. Graças a ela, foi criado o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB) e obteve-se a estabilidade no emprego após dois anos de serviço. Ou seja, o bancário não poderia ser demitido, após este prazo, a não ser com o devido processo legal que comprovasse falta grave (CANÊDO, 1978). Este direito foi retirado da categoria em 1943, quando a ditadura do Estado Novo editou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabeleceu um prazo de 10 anos para a estabilidade para todos os trabalhadores.

Portanto, em 12 de janeiro de 1934, quando foi fundado o Sindicato dos Bancários de Vitória (nome inicial da entidade),<sup>1</sup> ele surgiu inserido num processo de lutas (TOSI; COLBARI; ALVES, 1995). Uma diretoria provisória, sob a presidência de Romeu Ferreira, assumiu a entidade. Dela fazia parte Hunney Everest Piovesan, que era integralista. Talvez até por isso, a entidade não chegou a participar da greve de julho.

No Espírito Santo desta época, o movimento sindical contava com lideranças comunistas (estivadores), anarquistas (construção civil) e reformistas (empregados do setor de telefonia, bondes e eletricidade). Ao mesmo tempo, a Ação Integralista Brasileira tornou-se muito forte no estado e colocou um pé na entidade. A disputa ideológica, portanto, era intensa, com o próprio governo federal agindo. O que ele fez foi reforçar o tipo de proposta originalmente

---

<sup>1</sup> Posteriormente, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Espírito Santo (SEEB/ES), de alcance estadual.

oriunda dos reformistas e apresentá-la como se fosse uma concessão de Getúlio Vargas.

Comunistas e anarquistas foram muito perseguidos. Mesmo os integralistas, após o golpe de 1937 que criou o Estado Novo, foram postos na ilegalidade. Vale notar que eles assumiram a direção do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro após a repressão aos comunistas em 1935 (OLIVEIRA, 1998). Portanto, até a extrema direita estava na disputa pela representação dos trabalhadores. Mas o ímpeto dos bancários, que conquistaram importantes vitórias naquele momento, foi contido. As opções disponíveis foram reduzidas a concordar com o varguismo ou sofrer as consequências, mesmo pela via da extrema direita, já que o interventor no Espírito Santo, João Punaro Bley, teve a preocupação de reprimir os integralistas, que chegaram a obter boa penetração no estado (ACHIAMÉ, 2010). É isto que explica a ascensão, no Espírito Santo, do grupo liderado por Altamir Faria Gonçalves. Como isto se deu?

Em 1935, após a chamada “Intentona Comunista”, o governo federal realizou um processo de repressão ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Entre as medidas tomadas, houve intervenção nos sindicatos, como chegou a ser o caso do SEEB/ES, apesar de não haver indicações de que o partido tivesse lá representantes. Após um período de instabilidade de direções, em julho de 1937, foi eleita uma chapa para o comando do Sindicato. Significativamente, ela se intitulou: *Pelo sindicato dentro da lei*. Dela, faziam parte algumas pessoas que iriam ocupar diferentes cargos tanto na entidade como no IAPB, que se transformou numa importante máquina de poder, devido aos serviços que prestava e aos recursos dos quais dispunha (OLIVEIRA, 1999).

Entre 1937 e 1952, foram identificados alguns indivíduos que formaram um grupo hegemônico. A figura de proa foi a de Altamir Faria Gonçalves. Com ele, estiveram: Wilton Martins Vieira (Delegado Regional do IAPB em 1951 e 1956), Octacílio Penna Medina, Charles Ferdinand Anders (Delegado Regional do IAPB de 1935 a 1941, pelo menos), Alencar Marinho (vogal dos trabalhadores na Junta de Conciliação de Julgamento de Vitória no fim dos anos 1940), além de Emílio e Waldir Abaurre.

Tal grupo se aproximou da Delegacia Regional do Trabalho e, por meio dela, do MTIC. Este determinava, entre outras coisas, quem iria dirigir o IAPB. Vale notar que o Estado Novo se esforçou para constituir uma elite sindical alinhada com seu projeto de Nação e que, no período democrático seguinte,

iria se abrigar no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi o caso das pessoas citadas.

### **Os anos 1940**

Altamir Faria Gonçalves foi presidente do SEEB/ES, ao que parece, de 1941 até 1951 (a documentação está incompleta). Em 1945, quando Vargas perdeu o apoio da direita e uma aliança estratégica surgiu entre seus seguidores no sindicalismo e o PCB, foi constituído o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT). Esta organização abriu uma filial em Vitória. No mês de junho, Altamir foi escolhido secretário geral da sua comissão organizadora. Com ele, também de linha reformista, estava Rodrigo Sá Cavalcanti, oriundo dos eletricitários (RIBEIRO, 2005). Pelos comunistas: Clementino Dalmácio Santiago e Hermógenes Lima Fonseca.

Nas eleições de janeiro de 1947, Altamir obteve a quinta suplência na Assembleia Legislativa pelo PTB. Meses depois, na eleição municipal, obteve uma vaga de vereador em Vitória, em mandato que durou de 1948 a 1950. Sempre pelo PTB, ele foi sexto suplente de deputado estadual em 1954. No ano seguinte, foi nomeado para um cargo de Diretor de Divisão na Prefeitura de Vitória (o PTB fazia parte da coligação que elegeu o governador, que indicava o prefeito). Esta trajetória indica, portanto, o compromisso partidário e ideológico de, pelo menos, um dos membros do grupo. E vale notar que, na década de 1940, obter o cargo de vereador na capital por parte de um dirigente sindical não era de pouca monta. A categoria era pouco expressiva no estado, dominado por uma economia exportadora de café e dirigida por elites agrárias em aliança com setores mercantis (SILVA, 1995). O pleito em Vitória, em particular, era dominado por dois grupos oligárquicos. Mesmo assim, um líder comunista, Hermógenes Lima Fonseca (OLIVEIRA, 2014), e o próprio Altamir conseguiram vaga na Câmara. O primeiro teve 749 votos (10,4% do total), enquanto o presidente do SEEB/ES ficou na terceira colocação geral, com 260 votos, desbancando nomes conhecidos (GURGEL, 2013). Desta forma, na fase da redemocratização, mesmo em um estado dominado pelo tradicionalismo, linhas políticas que buscavam a representação dos trabalhadores estavam conseguindo superar os limites impostos pelas elites dominantes e iniciando uma experiência que poderia ter apontado para uma relativa autonomização da

classe trabalhadora na arena pública. Esta afirmativa é complementada pelo fato de que o PCB elegeu um deputado estadual naquele ano de 1947, Benjamim Campos, posteriormente cassado, além um dirigente sindical do PTB, Saturnino Rangel Mauro. Já no município de Cariacica, o PCB (sob a legenda da UDN) elegeu um vereador (Antonio Ribeiro Granja) e dois ferroviários, Jocarly Gomes Sales (PTB) e Ferdinando Guzzo, empregados de escritório da oficina da Companhia Vale do Rio Doce, em Itacibá (MACHADO, 2014).

A linha de atuação do grupo de Altamir pode ser classificada como a de um reformismo moderado, pois defendia os princípios fundamentais do trabalhismo e não se furtou a dirigir duas greves: a de 1946 e, possivelmente, a de 1951. Sob influxo do debate político nacional e do sindicalismo bancário comandado pela esquerda em São Paulo (KAREPOVS, 1994) e Rio de Janeiro, eles deram, em conjunturas de mobilização, respostas que seriam até surpreendentes, considerando seu perfil político. O caso da greve de 1946 é a melhor forma de abordar este ponto. Ela se deu em uma conjuntura bem específica, iniciada em 1945.

Naquele ano, a classe trabalhadora promoveu uma onda de reivindicações. Na oportunidade, os bancários de São Paulo e do Rio de Janeiro, com forte presença dos comunistas, pressionaram o governo federal pelo estabelecimento de um salário-mínimo profissional e por um quadro de carreira. Após muito tempo de negociação, os banqueiros abandonaram as conversas, e o governo ficou de baixar um decreto-lei que atendesse à categoria. Só que o tempo foi passando e nenhuma medida era tomada. Por conta disso, em 24 de janeiro de 1946, iniciou-se a segunda greve nacional da categoria, que se espalhou por várias praças, inclusive Vitória. Foi um movimento de massas de enorme proporção, paralisando mais de 40 mil pessoas. E, desta vez, contou com a participação do Banco do Brasil, que corresponde ao setor mais resistente a uma postura combativa na categoria. Até o partido de direita, a União Democrática Nacional (UDN), fez declaração de apoio.

Eurico Gaspar Dutra havia sido eleito presidente e iria tomar posse em 1 de fevereiro. A greve dos bancários, fazendo parte de uma onda de manifestações, apontava para a possibilidade da construção de uma via alternativa para o país. O MUT se apresentava como um meio de unificação dos empregados e a paralisação, que durou 19 dias, demonstrou claramente a

capacidade de organização da classe trabalhadora através do território nacional. Era um exemplo “perigoso” para os poderosos.

Os bancários conquistaram um abono de Cr\$ 300,00 e outros benefícios. No mês seguinte ao encerramento da mobilização, porém, Dutra, usando um instrumento legal da ditadura varguista, baixou o Decreto-Lei 9.070 como consequência daquele ciclo de mobilizações e da demonstração de luta dos bancários para a nação. O decreto determinava que, antes de entrar em greve, os empregados teriam que abrir processo de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, que iria fazer a mediação com os patrões. A decisão final teria que ser respeitada. Apenas se os empregadores não cumprissem o acordo é que uma greve poderia ser considerada legal. De outra forma, qualquer paralisação dava aos empresários o direito de demitir por justa causa e, ainda por cima, processar os grevistas na Justiça criminal.

Ocorre que os dissídios coletivos eram julgados lentamente e o sistema beneficiava os patrões, já que os presidentes das Juntas de Conciliação tendiam a votar com os vogais dos empregadores. Na prática, portanto, o decreto proibia as greves. Além disso, o governo Dutra, mais uma vez usando dispositivos do Estado Novo inclusos na CLT, determinou a intervenção nos sindicatos, afastando todos os diretores progressistas, e colocou na ilegalidade a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), que iria substituir o MUT. Em 1947, o PCB teve o registro suspenso. Em 1948, seus parlamentares foram cassados. Esta onda repressiva, inédita em período democrático, interrompeu uma experiência de autonomia de classe na qual os bancários tiveram um importante papel.

A direção dos bancários capixabas, mesmo com um perfil mais conservador, participou do movimento, refletindo as circunstâncias conjunturais. Afinal de contas, o contexto no qual transcorreu a greve de 1946 foi marcado pela cooperação entre os países capitalistas democrático-liberais e a União Soviética. Tanto que, em janeiro e fevereiro daquele ano, podemos notar tal clima nos jornais. Em Vitória, era publicada *A Gazeta*, que pertencia ao empresário Lolô Cunha, filiado à UDN (MARTINUZZO, 2005). Em Cachoeiro de Itapemirim, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) editava o periódico *A Época*. Infelizmente, não temos números do jornal do PCB, a *Folha Capixaba*, para o momento da paralisação. Já o periódico *A Tribuna*, na época, tinha escassa cobertura de eventos políticos locais.

O Sindicato fez suas assembleias na sede do Clube Álvares Cabral, que se localizava na Praça Costa Pereira, em Vitória. O fato dos banqueiros terem abandonado as negociações que eram mediadas pelo governo, segundo o modelo defendido pelo trabalhismo, deu oportunidade a críticas mais duras, que foram feitas por Alencar Marinho. Anos depois, ele seria vogal da Junta de Conciliação de Vitória.

Em 25 de janeiro, *A Gazeta* registrou que a greve dos bancários capixabas era apoiada pelo MUT, pelo “setor operário” da UDN e pelo Movimento Operário Cristão. Ao mesmo tempo, uma nota publicada pelo SEEB/ES afirmou que o movimento foi inspirado em princípios de “ordem e disciplina”. Estas mesmas palavras foram usadas em outra matéria que comentava uma assembleia da categoria dias depois. O discurso dos dirigentes, portanto, não era radical.

Um dos argumentos usados por eles foi o de que a greve estaria sendo apoiada até mesmo por alguns banqueiros ou tinha a “simpatia das classes produtoras”. Além disso, as assembleias contavam com bom nível de comparecimento. E, como se deu no resto do país, os empregados do Banco do Brasil participaram. Notícia de 25 de janeiro em *A Gazeta* mostra que cerca de 200 funcionários da instituição foram ao Sindicato para oferecer solidariedade moral e material. Entre estes, a “ala esquerdista” criou uma caixa de socorro de greve. Apesar de divisões entre eles sobre a adesão ao movimento, esta se deu. Só que, em 4 de fevereiro, o pessoal do Banco do Brasil voltou ao trabalho por conta da ameaça de corte do ponto. Mesmo assim, publicaram uma nota reafirmando o apoio e a solidariedade à paralisação.

O discurso dos comentaristas de *A Gazeta* possuía o tom de mostrar os bancários como vítimas dos patrões, o que, politicamente, negava-lhes o reconhecimento como classe agindo em defesa dos seus interesses e sendo capaz de questionar o sistema de poder. Mesmo os socialistas elaboraram uma imagem bastante moderada, quando disseram, em *A Época* de 12 de fevereiro, o seguinte: “é preciso haver uma comunhão respeito mútuo e que os que ajudam a ganhar também devem ter compensações, porquanto capital e trabalho são fontes de riqueza, onde deve haver colaboração para evitar a exploração do homem pelo homem”.<sup>2</sup>

O aumento obtido no final foi muito comemorado em Vitória, com “espoucar de foguetes” e passeata pelas ruas. Logo depois, porém, a repressão

---

<sup>2</sup> O porquê da greve bancária. **A Época**, Cachoeiro de Itapemirim, 12 fev. 1946, p. 1.

caiu sobre a classe trabalhadora, mas os dirigentes do SEEB/ES foram poupados. A melhor hipótese para explicar esta exceção se encontra em dois aspectos: a postura menos agressiva deles e o fato de que a praça bancária de Vitória não se mostrava muito importante, sendo fortemente caracterizada pela presença de bancos mineiros, com sede no seu estado, ou pequenas empresas locais, sendo este o caso, inclusive, da instituição que pertencia ao governo do estado, o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo<sup>3</sup>. Neste momento, é importante notar que as atas de reuniões da diretoria e de assembleias gerais se tornam tão escassas que ficamos mesmo na incerteza de quem estava no comando da entidade após a greve. Esta dúvida só é parcialmente sanada por meio de atas da Câmara de Vereadores de Vitória, nas quais Altamir era identificado como presidente do SEEB/ES. Seria esta ausência proposital? O “desaparecimento” dos documentos pode ter acontecido como resultado de um recolhimento das lideranças, diante do clima repressivo que caiu sobre o país.

De qualquer forma, houve, no momento citado, uma reflexão das lideranças sindicais sobre as circunstâncias. Os comunistas, após a cassação dos mandatos de seus parlamentares, partiram para uma atitude de enfrentamento. Sua leitura era a de que estava ocorrendo uma guinada à direita, sustentada por uma aliança entre a classe dominante agrária e o capital internacional, principalmente norte-americano. A compreensão elaborada foi a de que esta mudança poderia conduzir o Brasil a um alinhamento com os EUA tendente a um conflito militar contra a URSS. No plano interno, a modernização capitalista estava sendo barrada, prejudicando, portanto, toda a classe trabalhadora. A solução concebida foi a de mobilizar todos os setores da Sociedade, e os trabalhadores em particular, para a reação. No caso do proletariado, o partido deveria estimular greves com base nas condições materiais concretas e, na sequência, buscar politizá-las numa pauta contrária ao caminho que parecia estar sendo seguido (BUONICORE, 2000).

A postura assumida pelos comunistas é bastante conhecida e gerou, principalmente em 1948, uma onda de greves pelo país, que atingiu, inclusive, o Espírito Santo (PEREIRA, 2014), com duas paralisações na Companhia Vale do Rio Doce, das quais se seguiram um amplo processo de perseguições, inclusive com a condenação de lideranças na justiça criminal. Já a posição dos trabalhistas é menos clara na base sindical. Do lado dos comunistas, sabemos que, muitas vezes, os militantes não respeitavam orientações dos dirigentes,

---

<sup>3</sup> Em 1969, seu nome foi modificado para Banco do Estado do Espírito Santo S. A. (BANESTES).

devido ao seu compromisso com a realidade dos trabalhadores. O mesmo não é tão simples de saber para os trabalhistas.

O PTB foi construído a partir da máquina do MTIC. Vargas apoiou a candidatura de Dutra e, como resultado, o partido recebeu a pasta no início do seu governo, justamente quando ao DL 9.070 foi editado. O seu primeiro titular foi Negrão de Lima que, entretanto, foi substituído, menos de 9 meses depois, pelo empresário Morvan Dias Figueiredo. Assim, a agremiação perdeu seu principal instrumento de poder. Morvan, anteriormente dirigente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), possuía trânsito no PTB, mas não era seu militante. Ele criou um serviço de informações por meio das Delegacias Regionais do Trabalho que tinha o objetivo de analisar as tendências políticas dos dirigentes sindicais. Este mecanismo chegou a identificar sindicalistas do partido como “comunistas” (GOMES; D’ARAÚJO, 1989). Esta informação é interessante, pois mostra que a base dos trabalhistas também foi perseguida naquele instante.

Diante de Dutra, o PTB, de início, se dividiu entre um grupo que defendia a composição com o governo e outro, que desejava autonomia. Por fim, com a interferência de Vargas, em 1947, o partido se afastou (D’ARAÚJO, 1996). Pela sua trajetória, é sabido que a legenda sempre dependeu do acesso ao Ministério do Trabalho para se fortalecer no sindicalismo, mas também é fato que ela desenvolveu uma linha reformista que foi se radicalizando ao longo do tempo, refletindo, em parte, a disputa com outros atores na base sindical (NEVES, 1989). Para a segunda metade dos anos 1940, é difícil saber o que aconteceu com os trabalhistas no movimento sindical. O certo é que eles perderam o ministério e sofreram algum grau de perseguição. O resultado foi, sem dúvida, um aprendizado. As circunstâncias só mudariam com a eleição de Getúlio Vargas e sua posse em 1951, quando os bancários realizaram sua terceira greve nacional.

119

## **Os anos 1950**

Em 1951, a categoria iniciou um processo de negociações para obter um aumento de 40% e outros benefícios. Para tanto, realizaram, em julho, uma Convenção Nacional na Capital do país, da qual o SEEB/ES participou. Nesta época, os dois Sindicatos mais importantes, o de São Paulo e do Rio de Janeiro

(então Distrito Federal), contavam com presidentes filiados à UDN. Vale notar que os comunistas não podiam disputar as eleições sindicais por conta da exigência do “atestado de ideologia”, que constava de uma declaração da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) afirmando que o candidato não era fichado ali.

Apesar de contarem com dirigentes udenistas, as entidades de Rio de São Paulo agiram de forma diferente. O Sindicato do DF assinou um acordo com os banqueiros, que não foi aprovado em assembleia, aceitando 20% de aumento. Esta atitude enfraqueceu a unidade do movimento, que acabou tendo os paulistas como pontas de lança. Em 28 de agosto, eles começaram sua paralisação, com uma passeata de 2 mil pessoas no Vale do Anhangabaú.

Durante todo o movimento, tanto o governo federal como os banqueiros ameaçaram com o uso do DL 9.070 ou até da Lei de Segurança Nacional. Mesmo assim, a luta se ampliou. Em 31 de agosto, Belo Horizonte aderiu, com posterior expansão para o interior de Minas Gerais. Segundo o jornal *Imprensa Popular*, que era editado no Rio de Janeiro por pessoas ligadas ao PCB, os bancários de Vitória entraram na greve em 5 de setembro. No dia 7, o mesmo periódico afirmou que as entidades do Espírito Santo e Goiás estavam enviando delegações ao interior de seus estados para obter apoio ao movimento. Ao longo do tempo, as paralisações foram crescendo por todo o país.

A greve provocou a queda do Ministro do Trabalho, foi fortemente reprimida pela polícia e suscitou a abertura de dissídios coletivos tanto pelos patrões quanto pela própria Justiça do Trabalho, já que os empregados se recusavam a seguir a lógica do DL 9.070. Todavia, após muita pressão e com recurso a falsas promessas, os bancários de Minas saíram do movimento nacional em 27 de setembro, aceitando 20% de aumento. Posteriormente, o presidente do seu Sindicato foi ao Rio de Janeiro para negociar com o Ministro o pagamento dos dias parados com recursos federais. Nada disso, porém impediu que os grevistas mineiros sofressem demissões e outras penas, como descomissionamentos e transferências.

Foi isso que fez com que os paulistanos continuassem mobilizados, chegando a 69 dias de paralisação. Todas as outras entidades foram saindo, fechando acordos com aumentos mais baixos e sem garantias contra punições. O Sindicato de São Paulo aceitava um índice de aumento menor, mas insistia em um acordo formal com os patrões que incluísse uma cláusula de “impunibilidade”, já que o 9.070 permitia demissões por justa causa. No final,

após muito desgaste e com o isolamento, os paulistanos aceitaram 31% de majoração dos salários e tiveram que aguentar a onda repressiva que se seguiu. Vale notar que a Constituição vigente na época, promulgada em 1946, garantia o direito de greve, mas o DL 9.070 só foi anulado em 1964. Nesta circunstância, como se portaram os capixabas?

Em 1951, a diretoria do SEEB/ES contava com 3 pessoas daquele grupo que foi citado acima e sobreviveu ao massacre após 1946. Por esta razão, é possível que elas tenham tomado alguns cuidados. Segundo o *Imprensa Popular*, pelo menos até 21 de setembro, os capixabas ainda estavam na greve. Este ponto é importante porque as atas da entidade são incompletas. Uma, de 20 de agosto, marca assembleia para discutir as negociações. A seguinte é de 2 de outubro e não toca no assunto. O jornal *A Gazeta*, naquele momento, já pertencia ao ex-governador Carlos Lindenberg e defendia posições do Partido Social Democrático (PSD), que estava no Executivo estadual por intermédio de Jones dos Santos Neves. Esta fonte acompanhou a greve de São Paulo recorrendo a agências de notícias, mas não falou nada sobre o movimento no Espírito Santo. Mais ainda, no dia 16 de setembro, quando os capixabas estariam parados, este jornal noticiou a inauguração do ambulatório do IAPB em Vitória com a presença de todas as autoridades constituídas, dando a impressão de estar tudo normal.

Por meio de entrevistas, não foi possível encontrar ninguém que se lembrasse especificamente da greve de 1951. No livro que é dedicado aos 60 anos do SEEB/ES (TOSI; COLBARI; ALVES, 1995), o ex-diretor Herço Bastos fez referência a uma greve nacional de 17 ou 20 dias que ele localiza entre 1952 ou 53. Ele se recordou que ela atingiu todo o estado, com a participação de representantes da entidade no interior, recebendo orientações de Vitória por telefone. Isto é relevante porque confirma a notícia de 7 de setembro do *Imprensa Popular* sobre o envio de delegações para o interior. Esta fonte faz referências à greve no Espírito Santo pelo menos entre 5 e 21 de setembro, o que perfaz 16 dias. Não é razoável supor que os capixabas tenham ficado parados por mais tempo que os mineiros, que saíram no dia 27. Portanto, considerando o registro de Herço Bastos, a paralisação deve ter sido encerrada pelos capixabas entre 22 e 25 de setembro. O vazio entre as atas se estende por este mesmo período. Não é possível afirmar com certeza, mas o silêncio nos documentos e na memória talvez indique o cuidado que a direção capixaba teve para fugir de punições. Naquela época, quem era demitido por razão de

greve só voltava ao emprego a bel prazer do patrão ou por meio de leis específicas de anistia, que precisavam ser votadas pelo Congresso Nacional. A hipótese defendida aqui, portanto, é a de que os trabalhistas do Sindicato aprenderam com a experiência de 1946. Podem ter até tido alguns cuidados no fim da década de 1940, buscando o campo da política institucional ao invés de formas ativas de enfrentamento. Assim como em 46, eles se viram “forçados” a agir em 51, porém, novamente, tentaram apagar os seus passos. Afinal de contas, mesmo com o PTB no Ministério do Trabalho, as tensões entre a base e a direção partidária que, aliás, são muito comuns ao longo da história das orientações de tipo social-democrata em vários países (PRZEWORKI, 1989), numa greve dirigida pela UDN em São Paulo, pode ter ligado o sinal de alerta para os dirigentes capixabas. Assim, a conclusão para este ponto, na falta de uma base empírica que resolva o problema de maneira inequívoca, é a de que houve greve de bancários no Espírito Santo em 1951, mas que seus dirigentes buscaram apagar os seus passos, com medo da repressão, mesmo em um governo do PTB.

O grupo que tem sido acompanhado foi hegemônico entre 1937 e 1953. Entre 1953 e 1959, José Maria Pacheco Sobrinho, Hélio Soares e Cícero Octaviano Dias Chaves estiveram presentes em três mandatos seguidos e foram responsáveis, conscientemente ou não, por um processo de transição entre o modelo anterior, de um reformismo moderado, para uma postura diferente. Em 1956, a nova liderança chegou a bater chapa na eleição para o Sindicato, o que aconteceu pela primeira vez e mostrou que estava ocorrendo um debate sobre os rumos da entidade. Além disso, participaram ativamente de uma mobilização do Banco do Brasil em 1957, com ameaça de greve específica. Por fim, o Sindicato fez parte de uma experiência que deixaria marcas importantes no processo de construção do diálogo horizontal entre as categorias profissionais capixabas, que foi o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Espírito Santo. Ocorrido em 1957, ele teve Hélio Soares como presidente da sua comissão organizadora. O objetivo era bem ambicioso: discutir a questão dos salários, da previdência social, do desemprego e do custo de vida. Esta pauta demonstra o propósito dos capixabas em se inserir no debate nacional sobre estes temas (RIBEIRO, 2005). Assim, a “aposentadoria” da primeira linha política, acompanhada de maior debate, de melhor articulação nacional da categoria e desta com os trabalhadores locais gerou uma base importante para o que viria na fase seguinte, que foi uma virada para o reformismo radical, sob comando

de José Martins de Freitas. Na prática, representou uma adesão dos bancários à pauta das Reformas de Base.

## **Conclusão**

A questão interpretativa a ser considerada aqui parte deste exemplo para discutir as contradições na relação entre militantes sindicais associados a um projeto político de tipo reformista e moderado, numa sociedade conservadora e autoritária, com uma faceta partidária e, por conta disso, voltada a ocupação de espaços no poder.

Gláucio Soares (2001) mostrou que o crescimento do PTB na fase 1945-64 teve os centros urbanos como sua base, mas também não deixou de se beneficiar de alianças pragmáticas com setores conservadores nas áreas mais ruralizadas. Além disso, Maria Victória Benevides (1989) demonstrou que, em São Paulo, a direção do partido, temendo perder o controle para a base, minou o seu crescimento. Por fim, toda uma linha historiográfica busca encontrar no trabalhismo a expressão de uma autêntica concepção política vigente em vários setores da classe trabalhadora (FERREIRA, 2001; 2005). O que está faltando é estabelecer a conexão entre estes dois planos: os dirigentes partidários ocupando posições no Estado (em sentido amplo) e os trabalhadores influenciados pelo trabalhismo. Esta mediação é realizada justamente pelos dirigentes sindicais. E o conhecimento sobre esta atuação, em termos de pesquisas está deixando a desejar.

Como uma proposta para refletir sobre este processo de mediação, é possível ter em mente a contribuição feita por Ruy Braga (2012). Tendo trazido para o Brasil a corrente francesa que elaborou o conceito de precariado, ele propôs uma releitura sobre a história do sindicalismo que trabalha com a ideia de que o modo de regulação populista possuía uma via dupla: por um lado, os sindicatos serviam como correia de transmissão para a defesa do projeto de poder vigente. Por outro, as bases, diante das condições precárias de trabalho, pressionavam os dirigentes sindicais para que atuassem sobre o Estado. Quando estes interesses entravam em conflito, os sindicalistas ficavam numa posição dúbia, sendo então chamados a responder em uma das direções. Os reformistas moderados que dominaram o Sindicato dos Bancários num primeiro momento viveram justamente este tipo de dilema. Buscaram a inserção no

poder de Estado e, por meio de seus instrumentos, controlar sua base de apoio. Todavia, em conjunturas específicas, diante das condições concretas de exploração do trabalho e da mobilização geral da categoria, tiveram que responder às pressões de baixo para cima, comandando ações diretas de enfrentamento. Tal experiência, inclusive, não impediu que eles se readequassem rapidamente para preservar seus espaços no poder de Estado quando as greves foram seguidas por processos duplos de repressão, dos patrões e dos governos.

Mas tudo tem limites e foi a lenta mas progressiva unificação nacional da categoria bancária, acompanhada por uma radicalização política geral, que provocou um realinhamento na entidade. O grupo de Hélio Soares chegou a conviver com o de Altamir Faria Gonçalves. Foi como se o conservadorismo se visse na necessidade de uma mutação por conta das transformações gerais até o aparecimento de uma nova geração que rompeu definitivamente com o modo de regulação populista, sendo obrigada a fazer uma escolha, desta vez, pela pressão de baixo para cima, sem a possibilidade de retorno para uma posição “segura” quando os dominantes resolveram dar um “chega”.

## Referências

- ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)**: elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **O PTB e o trabalhismo**: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo; USP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.
- BUONICORE, Augusto C. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. **Cadernos AEL**. Campinas, vol. 7, n. 12/13, p. 13-46, 2000.
- CANÊDO, Leticia B. **O sindicalismo bancário em São Paulo**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- \_\_\_\_\_. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FREITAS, Bartolomeu B. **Hermógenes Lima Fonseca.** Vitória: Pro Texto, 2013.
- GOMES, Angela C. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Vértice; IUPERJ, 1988.
- GOMES, Angela C.; D'ARAÚJO, Maria C. **Getulismo e trabalhismo.** São Paulo: Ática, 1989.
- KAREPOVS, Dainis (Coord.). **A História dos Bancários: Lutas e Conquistas, 1923-1993.** São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, 1994.
- MACHADO, Vinícius O. **O vereador de Prestes: a atuação de Antonio Ribeiro Granja na Câmara de Caricaica – ES (1946-1951).** 2014. 86 f. Monografia de conclusão de curso (História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- MARTINUZZO, José A (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo.** Vitória: DIO, 2005.
- NEVES, Lucília de Almeida. **PTB: do getulismo ao reformismo.** São Paulo: Marco Zero, 1989.
- OLIVEIRA, Ana L. V. S. C. IAPB e sindicato: duas estruturas interligadas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 141-151, Nov. 1999.
- \_\_\_\_\_. **Sindicalismo bancário: origens.** São Paulo: Oboré Editorial, 1990.
- OLIVEIRA, Ana L. V. S. C. **Sindicato e sindicalismo bancário.** Seropédica: EDUR, 1998.
- OLIVEIRA, Marlon P. **Hermógenes Lima Fonseca: um parlamentar comunista na Câmara Municipal de Vitória-ES (1948-1950).** 2014. 27 f. Monografia de conclusão de curso (História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- PEREIRA, André R. V. V. Conflito de discursos na greve de 1948 na Companhia Vale do Rio Doce. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas.** Vitória LHPL/UFES, 2013, v., p. 1-15. Disponível em: <http://lhpc.ufes.br/sites/lhpc.ufes.br/files/Andre%20Ricardo%20Valle%20Vasco%20Pereira.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2014.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- RIBEIRO, Luiz C. **Sinergia-ES de Getúlio a Lula**: 60 anos da organização dos trabalhadores do setor de energia no Espírito Santo (1945-2005). Vitória: Flor e Cultura; Sinergia-ES, 2005.
- SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- TOSI, Alberto; COLBARI, Antonia; ALVES, Wania M. B. **Bancários**: 60 anos de história, 1934-1994. Vitória: Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, 1995.